

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais



GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DA FAZENDA
CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA
CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA

CHEFE DE GABINETE
PEDRO CÉSAR GASPAR DÓREA

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
OLINTHO JOSÉ DE OLIVEIRA

COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE FINANCEIRO
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

DIRETOR DO TESOURO
JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA
WASHINGTON BONFIM MASCARENHAS VENTIN

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. RECEITAS	3
2.1 Receitas Totais	3
2.1.1 Receitas Correntes	4
2.1.2 Receitas de Capital	6
3. DESPESAS	7
3.1 Despesas Totais	7
3.1.1 Despesas Correntes	8
3.1.2 Despesas de Capital	8
4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES	8
5. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	9
6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE	10
7. RESTOS A PAGAR	11
8. RESULTADO PRIMÁRIO	12
9. RESULTADO NOMINAL	13
10. DÍVIDA PÚBLICA	14
11. CONCLUSÃO	15
12. GLOSSÁRIO	17

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira no ano de 2008, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados de forma resumida e pela relevância, são originários dos Relatórios Bimestrais e Quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 30 de janeiro de 2009, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº. 101/2000.

2. RECEITAS

2.1.Receitas Totais

Balanco Orçamentário da Receita						Em mil Reais
Receitas	Previsão atualizada 2008	Realizado - Janeiro a Dezembro				
		2008	% Realiz.	2007	% Var.	
Receitas Correntes	20.845.252	19.317.522	92,67	17.014.745	13,53	
Receita Tributária	11.428.497	10.886.568	95,26	9.458.074	15,10	
Receita de Contribuições	960.510	1.027.654	106,99	900.815	14,08	
Receita Patrimonial	336.899	246.955	73,30	617.935	(60,04)	
Receita Agropecuária	1.537	30	2	36	0,00	
Receita Industrial	120	0	0	-	-	
Receita de Serviços	100.349	65.345	65,12	57.601	13,44	
Transferências Correntes	7.092.767	7.284.669	102,71	6.032.274	20,76	
Outras Receitas Correntes	1.549.976	677.747	43,73	479.068	41,47	
Conta Retificadora	(1.912.805)	(2.173.385)	113,62	(1.653.222)	31,46	
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	1.287.402	1.301.939	101,13	1.122.162	16,02	
Receitas de Capital	1.359.100	333.084	24,51	264.580	25,89	
Operações de Crédito	695.841	133.329	19,16	160.416	(16,89)	
Alienação de Bens	99.622	12.388	12,43	2.643	368,76	
Amortização de Empréstimos	77.973	67.849	87,02	2.849	2.281,16	
Transferências de Capital	485.654	118.777	24,46	98.672	20,38	
Outras Receitas de Capital	10	742	7.420	-	-	
Total	22.204.353	19.650.606	88,50	17.279.325	13,72	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

As receitas realizadas no ano de 2008, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 19,65 bilhões, alcançando 88,5% da previsão anual. A frustração da arrecadação foi da ordem de 11,5%, provocada principalmente nas receitas correntes, pelo resultado do último trimestre onde as receitas realizadas estiveram abaixo das expectativas, já refletindo os efeitos da crise econômica mundial. Apesar disto, o realizado de 2008 cresceu 13,72% em relação ao realizado de 2007.

2.1.1. Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Foram realizadas nesta categoria R\$ 19,32 bilhões, representando uma realização de 92,67% das receitas correntes previstas no ano e uma variação nominal positiva de 13,53% em relação a 2007.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram 10,89 bilhões, representando um crescimento de 15,10 % em relação ao realizado no ano anterior.

No último trimestre, a arrecadação desacelerou em função da crise financeira, o que provocou incertezas na economia, refletindo, assim, na frustração de receita de 4,74% em relação ao valor previsto para 2008.

Receita Tributária						Em mil Reais
Receitas	Previsão atualizada 2008	Realizado - Janeiro a Dezembro				
		2008	% Realiz.	2007	% Var.	
Receita Tributária	11.428.497	10.886.568	95,26	9.458.074	15,10	
ICMS	10.271.916	9.558.039	93,05	8.361.537	14,31	
IPVA	389.465	437.445	112,32	358.074	22,17	
ITCD	11.549	18.147	157,13	20.417	(11,12)	
IRRF	413.105	525.285	127,16	417.269	25,89	
Taxas	342.462	347.652	101,52	300.778	15,58	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

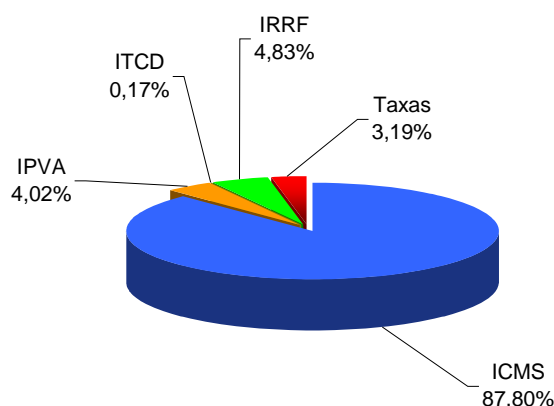
As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 87,80% da receita tributária realizada, apresentaram arrecadação de R\$ 9,56 bilhões no período analisado e representou 93,05% da previsão anual.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Desta forma, neste item a frustração foi de 6,95%. O valor realizado proporcionou um crescimento nominal de 14,31% em comparação com o efetivado no ano anterior. O gráfico a seguir destaca a participação percentual dos principais itens das receitas correntes no ano de 2008.

Composição da Receita Tributária - 2008



O IPVA apresentou crescimento nominal de 22,17 % se comparado com o ano de 2007, sendo arrecadado 437,45 milhões. Tal fato decorreu do aumento da frota de veículos novos, provocado principalmente pela facilidade de crédito para a aquisição e taxas de juros competitivas para esse segmento de mercado, além do aperfeiçoamento da fiscalização.

O Imposto de Renda Retido na Fonte apresentou um crescimento de 25,89% em relação ao ano anterior em decorrência do crescimento salarial.

Outro item das Receitas Correntes que merece destaque são as Transferências Correntes.

Transferências Correntes						Em mil Reais
Receitas	Previsão atualizada 2008	Realizado - Janeiro a Dezembro				
		2008	% Realiz.	2007	% Var.	
Transferências Correntes	7.092.767	7.284.669	102,71	6.032.274	20,76	
FPE	4.102.895	4.220.382	102,86	3.638.385	16,00	
IPI	263.405	248.109	94,19	249.306	(0,48)	
Salário Educação	17.357	55.933	322,25	48.210	16,02	
Compens.Lei Kandir/Aux.Exportação	126.315	157.127	124,39	115.983	35,47	
Royalties	283.909	264.110	93,03	222.149	18,89	
Transferências FUNDEB	1.005.392	1.307.855	130,08	836.469	56,35	
Transf. de Convênios	245.504	182.408	74,30	85.023	114,54	
Outras Transferências	1.047.990	848.746	80,99	836.749	1,43	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

As Transferências Correntes representam 37,71 % das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União. No ano de 2008, destaca-se o FPE que participa com 57,94 % do total realizado das transferências correntes e apresentou crescimento de 16,00 % em relação ao mesmo período de 2007.

2.1.2. Receitas de Capital

As Receitas de Capital, que durante o ano de 2008 atingiram o valor de R\$ 333,08 milhões, contêm os ingressos referentes às Operações de Crédito (R\$ 133,33 milhões), Alienação de Bens (R\$ 12,39 milhões), Amortizações de Empréstimos (R\$ 67,85 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 118,78 milhões). A frustração desta rubrica foi da ordem de R\$ 1,03 bilhão, significando uma realização de 24,51% do valor previsto, decorrente, principalmente das operações de crédito externas e transferências de capital, as quais apresentaram 9,93 % e 24,46% de realização. Nesta última, apesar da frustração em relação ao previsto, se comparado com o ano anterior houve crescimento de 20,38%.

Receitas de Capital						Em mil Reais
Receitas	Previsão atualizada 2008	Receitas Realizadas				
		2008	% Realiz.	2007	% Var.	
Receitas de Capital	1.359.100	333.084	24,51	264.580	25,89	
Operações de Crédito	695.841	133.329	19,16	160.416	(16,89)	
Operações de Crédito Internas	185.998	82.726	44,48	94.237	(12,22)	
Operações de Crédito Externas	509.843	50.603	9,93	66.179	(23,54)	
Alienação de Bens	99.622	12.388	12,43	2.643	368,76	
Amortização de Empréstimos	77.973	67.849	87,02	2.849	2.281,16	
Transferências de Capital	485.654	118.777	24,46	98.672	20,38	
Outras Receitas de Capital	10	742	7.420,21	0	-	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Quanto ao ingresso de recursos através de Operações de Crédito, que proporcionaram uma receita de R\$ 133,33 milhões, o nível de realização apresentado (19,16 %) deveu-se principalmente às operações internas com uma participação de 44,48 % em relação ao previsto.

A receita de amortização de empréstimos apresentou um índice de crescimento nominal de 2.281,16%, provocado principalmente pelo ingresso dos recursos no Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

3. DESPESAS

3.1. Despesas Totais

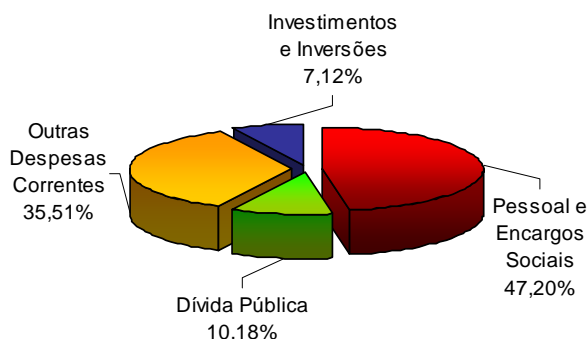
As despesas realizadas no ano de 2008 totalizaram R\$ 19,88 bilhões, correspondentes a 89,51% do valor orçado.

Balanco Orçamentário da Despesa						Em mil Reais
Despesas	Previsão atualizada 2008	Executada - Janeiro a Dezembro				
		2008	% Realização	2007	% Variação	
Despesas Correntes	18.064.823	17.002.090	94,12	14.779.486	15,04	
Pessoal e Encargos Sociais	9.617.726	9.380.190	97,53	8.102.808	15,76	
Juros e Encargos da Dívida	571.560	565.027	98,86	572.758	(1,35)	
Outras Despesas Correntes	7.875.537	7.056.872	89,60	6.103.920	15,61	
Despesas de Capital	4.139.530	2.872.939	69,40	2.150.893	33,57	
Investimentos	1.981.392	1.217.185	61,43	825.136	47,51	
Inversões Financeiras	329.321	198.000	60,12	93.098	112,68	
Amortização da Dívida	1.828.817	1.457.755	79,71	1.232.659	18,26	
Reserva de Contingência	-	-	0,00	-	0,00	
Total	22.204.353	19.875.029	89,51	16.930.379	17,39	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Quanto à composição, observa-se que o grupo Pessoal e Encargos sociais, detêm 47,20%, seguidos das outras despesas correntes com 35,51% de participação no total realizado no ano de 2008.

Composição da Despesa Realizada -2008



3.1.1. Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No ano de 2008, as despesas correntes totalizaram R\$ 17,00 bilhões, representando uma realização de 94,12 % do valor fixado anual.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 9,38 bilhões, correspondendo a 97,53 % da previsão anual.

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, somaram R\$ 565,03 milhões, correspondendo a 98,86 % do estimado para o ano.

As Outras Despesas Correntes contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, com um total realizado de R\$ 7,06 bilhões correspondentes a 89,60 % do fixado para o ano.

3.1.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital apresentaram no ano de 2008, um incremento de 33,57 % em relação ao ano de 2007, com um montante de R\$ 2,87 bilhões, e uma realização de 69,40 % do valor orçado no ano.

Essa categoria é representada pela Amortização da Dívida com valor de R\$ 1,46 bilhão, seguida dos Investimentos e Inversões Financeiras com R\$ 1,22 bilhão e R\$ 198,00 milhões respectivamente.

4. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, dentro dos limites legais, em cada Poder e também no Ministério Público.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Despesa de Pessoal x Receita Corrente Líquida

Descrição	Percentual Realizado	Limite prudencial	Limite máximo
Executivo	43,10	46,17	48,60
Legislativo	2,58	3,23	3,40
Assembléia	1,34	1,83	1,93
TCE	0,74	0,86	0,90
TCM	0,51	0,54	0,57
Judiciário	5,67	5,70	6,00
Ministério Público	1,61	1,90	2,00
Total	52,96	57,00	60,00

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

RCL últimos 12 meses = R\$ 14.237.786 mil

5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram no ano de 2008, o montante de R\$ 3,39 bilhões, correspondendo a um crescimento de 17,80 % em relação ao ano anterior. O Estado da Bahia aplicou na manutenção e desenvolvimento do ensino, 27,69 % da receita líquida de impostos, superando o limite constitucional de 25%.

Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Em mil reais

Descrição	Realizado - Janeiro a Dezembro		Limite Constitucional Anual
	2008	2007	
Receita Líquida de Impostos	12.247.925	10.642.092	
Total da Despesa Considerada para fins de Limite	3.392.056	2.879.428	
% Aplicado na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	27,69%	27,06%	25%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, sendo implantado em janeiro de 2007. Essa implantação está sendo feita de forma gradual, e alcançará a plenitude em 2009, quando o Fundo estará funcionando com todo o universo de alunos da educação básica pública presencial, e os percentuais de

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

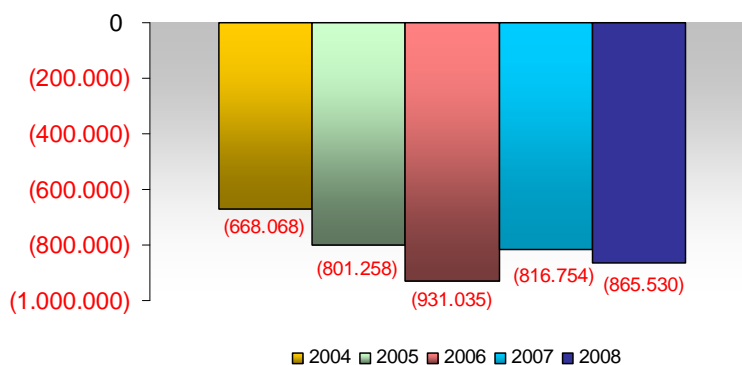
receitas que o compõem terão alcançado o patamar de 20% de contribuição, das receitas provenientes do ICMS, FPE, Lei Kandir, IPI – Exportação, FPM, IPVA, ITCMD, ITR.

Em 2008, foi destinado ao FUNDEB o valor de R\$ 2,17 bilhões, tendo recebido de retorno o valor de R\$ 1,31 bilhão, conforme evidenciado na tabela a seguir.

FUNDEF / FUNDEB				Em mil Reais
Ano	Aporte	Retorno	Resultado Apurado	
2004	(1.102.772)	434.704	(668.068)	
2005	(1.217.405)	416.147	(801.258)	
2006	(1.376.031)	444.996	(931.035)	
2007	(1.653.222)	836.469	(816.754)	
2008	(2.173.385)	1.307.855	(865.530)	

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Resultado do FUNDEF e FUNDEB



6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Os gastos com saúde atingiram no ano de 2008, o montante de R\$ 1,57 bilhão, correspondendo a um crescimento de 16,22 % em relação ao ano anterior e 12,84 % em relação à Receita Líquida de Impostos e Transferências, ultrapassando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

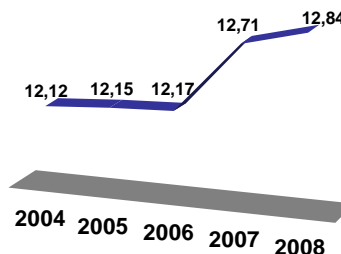
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Despesas Próprias com Saúde			Em mil reais
Descrição	Realizado - Janeiro a Dezembro		Limite Constitucional Anual
	2008	2007	
Receita Líquida de Impostos	12.247.925	10.642.092	
Total das Despesas Próprias com Saúde	1.572.385	1.352.936	
% Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde	12,84%	12,71%	12%

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Evolução das Despesas Próprias com Saúde



■ % Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde

7. RESTOS A PAGAR

Ao final do ano de 2008, os Restos a Pagar Inscritos totalizaram R\$ 804,01 milhões, dos quais R\$ 778,95 milhões foram inscritos pelo Poder Executivo e R\$ 25,06 milhões pelos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Demonstrativo dos Restos a Pagar 2008					Em mil reais
Descrição	Processados		Total Processados (A)	Não Processados 2008 (B)	Total Geral (A+B)
	Exercícios anteriores	2008			
Poder Executivo ¹	8.745	580.900	589.645	189.300	778.945
Administração Direta	6.355	328.778	335.133	30.523	
Administração Indireta	2.390	252.122	254.512	158.777	
Poder Judiciário	-	487	487	15.367	15.854
Administração Direta	-	11	11	5	
Administração Indireta	-	476	476	15.362	
Poder Legislativo	1.174	3.702	4.876	2.474	7.350
Administração Direta	1.174	3.674	4.848	2.474	
Administração Indireta	-	28	28	-	
Ministério Público	5	350	355	578	933
Defensoria Pública	-	928	928	-	928
Total	9.925	586.367	596.291	207.719	804.010

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

¹ Inclui o valor de R\$ 34.901 mil referente ao Serviço da Dívida a Pagar - encargos

8. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Através dele, demonstra-se o grau de autonomia do Estado para, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal e transferências a municípios), das suas despesas de capital (aí incluídos os investimentos) e ainda gerar poupança para atender ao serviço da dívida. Nessa análise, são consideradas apenas as receitas e despesas fiscais, que não incluem receitas de aplicações financeiras, de juros de empréstimos, de operações de crédito, de amortizações de empréstimos e de alienação de bens, e as despesas com o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida, concessão de empréstimos e aquisição de título de capital já integralizado.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Demonstrativo do Resultado Primário Em mil reais

Descrição	Realizado Janeiro a Dezembro	
	2008	2007
1 Receitas Fiscais Correntes	19.106.671	16.906.148
2 Receitas Fiscais de Capital	119.519	98.672
3 Receitas Fiscais (1 + 2)	19.226.190	17.004.820
4 Despesas Fiscais Correntes	16.437.063	14.206.728
5 Despesas Fiscais de Capital	1.351.782	918.234
6 Despesas Fiscais (4+5)	17.788.844	15.124.962
Resultado Primário (3-6)	1.437.346	1.879.858

LOA - Meta do Resultado Primário para o ano de 2008 = R\$ 897 mil

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O Resultado Primário do ano de 2008 foi de R\$ 1,44 bilhão, bem superior à meta estabelecida na LOA, no valor de 897 milhões.

9. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Com relação ao exercício anterior houve redução desta dívida em R\$ 129,95 milhões.

Demonstrativo do Resultado Nominal Em mil reais

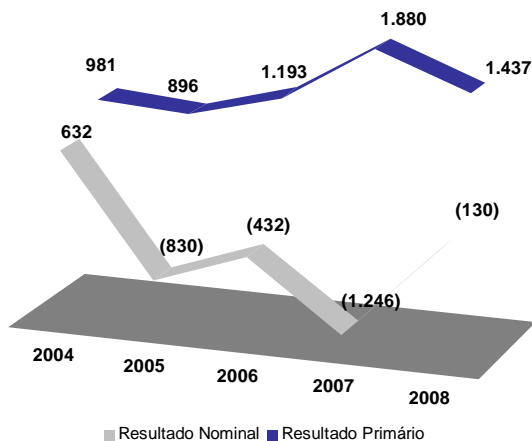
Especificação	Saldo		Resultado Nominal 2008 (A-B)
	31/12/2008 (A)	31/12/2007 (B)	
I - Dívida Consolidada	11.498.748	11.445.125	
(-) Ativo Disponível	(1.751.274)	(1.302.711)	
(-) Haveres Financeiros	(102.880)	(93.932)	
(+) Restos a Pagar Processados	596.291	322.356	
II - Dívida Consolidada Líquida	10.240.885	10.370.838	
III - Receita de Privatizações	-	-	
IV - Passivos Reconhecidos	-	-	
IV - DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (II+III+IV)	10.240.885	10.370.838	(129.952)

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DICOP

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Evolução do Resultado Primário e Nominal
Em R\$ milhões



10. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do ano de 2008, a dívida consolidada apresentou saldo de R\$ 11,50 bilhões sendo R\$ 9,11 bilhões originários da dívida interna, R\$ 1,92 bilhão da dívida externa e as outras dívidas totalizaram R\$ 468,19 milhões.

Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final de 2007, verifica-se que houve pequeno crescimento da ordem de 0,47 %.

Dívida Consolidada			Em mil reais
Tipo	Ano		% Variação
	2008	2007	
Interna	9.108.792	9.491.484	(4,03)
Externa	1.921.763	1.531.564	25,48
Outras	468.193	422.077	10,93
Total	11.498.748	11.445.125	0,47

Fonte: SICOF / SEFAZ / SAF / DEPAT / GEPUB

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,72 no final de 2008. Essa relação é bem inferior ao limite fixado pelo Senado Federal de 2 vezes a RCL.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Dívida Consolidada Líquida / RCL			Em mil reais
Descrição	DCL	RCL	DCL / RCL
Exercício de 2006	11.616.488	11.360.178	1,02
Exercício de 2007	10.370.837	12.584.607	0,82
Exercício de 2008	10.240.885	14.237.786	0,72

Fonte: SICO/SEFAZ/SAF/DEPAT/GEPUB
Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

Observa-se que, apesar da apreciação do Dólar, que interferiu no crescimento do estoque da dívida líquida, em função do expressivo valor amortizado, foi possível obter como resultado, uma significativa redução do estoque da dívida.

11. CONCLUSÃO

Ao final do ano de 2008, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$ 1,43 bilhão. A Receita Total realizada no valor de R\$ 19,65 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 19,88 bilhões resultaram em Déficit Orçamentário de R\$ 224,42 milhões, suportado pelo superávit financeiro do ano anterior.

Metas LDO			Em mil reais
Descrição	Valor realizado	Meta Anual LDO	
Resultado Primário	1.437.346	1.342.402	
Resultado Nominal	(129.952)	(694.991)	

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

O Resultado Nominal demonstrou redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 129,95 milhões. O efeito da valorização do Dólar impossibilitou uma redução mais significativa do saldo líquido da dívida.

A relação da Dívida Consolidada Líquida com a Receita Corrente Líquida também apresentou redução, encerrando o quadrimestre em 0,72.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Limites Constitucionais e Legais			
Descrição	Limite Realizado	Limite prudencial	Limite máximo
Despesa de Pessoal	52,96	57,00	60,00
Dívida	0,72	1,80	2,00
Garantias de Valores	0,74	-	22,00
Op. de Crédito Internas e Externas	0,94	-	16,00
Op. de Crédito por Antecipação de Receita	0,00	-	7,00

Descrição	Limite realizado	Limite Mínimo Anual
Educação	27,69%	25%
Saúde	12,84%	12%

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

As despesas com pessoal, dívida pública, garantias de valores e operações de crédito, atendem aos limites estabelecidos. Os limites de educação e saúde também foram alcançados conforme já demonstrados.

Os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais.

Salvador, 27 de fevereiro de 2009.

Observação: A Audiência Pública referente ao 3º quadrimestre de 2008, realizou-se no dia 14 de abril de 2009, decorrente de acordo no Legislativo.

12. GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 15% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mais as devoluções de tributos, recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertence a outro ente de acordo com a lei vigente e a renúncia de receita contabilizada.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do serviço da dívida a pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

receita decorrer de despesa de órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

SICOF

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Superávit Orçamentário

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Audiência Pública: Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, 3º quadrimestre 2008.
Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2008.
Quadrimestral

Orçamento público – Bahia. 2.Receitas públicas – Bahia.
3. Despesas públicas – Bahia. 4. Restos a pagar – Bahia.
5. Dívida pública – Bahia. I. Bahia. Secretaria da Fazenda.
CDD 657.61

Av. Luiz Viana Filho, 2ª Avenida
CEP: 41750-300– CAB – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 3115-2634 ou 3115-8708